

DIREITO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

VOLUME II

Eduardo Paz Ferreira
Fernando Conceição Nunes
Frederico de Lacerda da Costa Pinto
Helena Marques da Silva
Jorge Braga de Macedo
Jorge Brito Pereira
José de Oliveira Ascensão
Luís Manuel Teles de Menezes Leitão
Paula Alvarez
Paulo Câmara



ÍNDICE

	Págs.
JORGE BRAGA DE MACEDO, <i>Mercado monetário e de valores mobiliários: Relações de dependência à escala mundial</i>	9
EDUARDO PAZ FERREIRA, <i>Títulos de dívida pública e valores mobiliários</i>	31
JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, <i>As acções</i>	57
FERNANDO CONCEIÇÃO NUNES, <i>Os intermediários financeiros</i>	91
LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, <i>Actividades de intermediação e responsabilidade dos intermediários financeiros</i>	129
FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, <i>A jurisprudência sobre contra-ordenações no âmbito dos mercados de valores mobiliários</i>	157
JORGE BRITO PEREIRA, <i>A limitação dos poderes da sociedade visada durante o processo de OPA</i>	175
PAULO CÂMARA, <i>O dever de lançamento de oferta pública de aquisição no novo Código dos Valores Mobiliários</i>	203
PAULA ALVAREZ, <i>Os direitos de subscrição em geral e no Código do Mercado de Valores Mobiliários em particular</i>	285
HELENA MARQUES DA SILVA, <i>O Warrant no âmbito do mercado de valores mobiliários</i>	351
Anexos:	
Estatutos do Centro de Arbitragem Voluntária Institucionalizada do Instituto dos Valores Mobiliários	401
Regulamento do Processo Arbitral do Centro de Arbitragem Voluntária Institucionalizada	407

O DEVER DE LANÇAMENTO DE OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO NO NOVO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (*)

PAULO CÂMARA (**)

*Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa
e Director Adjunto da Divisão de Emitentes
da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários*

SUMÁRIO: § 1.º Introdução; 1. A instabilidade legislativa e as influências comunitárias no direito das ofertas públicas de aquisição; 2. O enquadramento sistemático; § 2.º O dever de lançamento de oferta pública de aquisição; 3. O dever de lançamento de oferta como dever jurídico; 4. O âmbito objectivo: os valores mobiliários visados pela oferta; 5. Os princípios da generalidade e da universalidade da oferta; 6. O âmbito subjectivo: os sujeitos do dever; 7. Continuação: as fasquias percentuais de direitos de voto constitutivas do dever; 8. A autonomia privada e as previsões constitutivas do dever; 9. O regime da contrapartida mínima; § 3.º As técnicas de exclusão do dever; 10. A prova negativa do domínio; 11. As derrogações; 12. A exclusão do dever em situações de domínio fortuito; principais modelos legislativos; 13. Continuação: a suspensão do dever de lançamento; 14; Pendência e cessação do período de suspensão: o âmbito da legitimidade dos adquirentes; 15. A substituição no cumprimento do dever.

§ 1.º Introdução

1. A instabilidade legislativa e as influências comunitárias no direito das ofertas públicas de aquisição

I — A intensificação dos movimentos de concentração empresarial e de reestruturação da indústria, à escala interna e internacional, impulsionados

(*) Texto desenvolvido a partir de comunicação apresentada no Centro Cultural de Belém em 16 de Dezembro de 1999, no Seminário "O Novo Código dos Valores Mobiliários", organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

(**) As opiniões aqui expressas são-no a título exclusivamente pessoal.